

economia

Governo envia plano para cortar tributos dos combustíveis

Proposta prevê uso das receitas extras do petróleo para redução de impostos

/ COMBUSTÍVEL

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou nesta quinta-feira um projeto de lei complementar ao Congresso Nacional para permitir que as receitas extraordinárias com petróleo possam ser usadas para reduzir tributos sobre combustíveis.

A redução seria de PIS/Cofins e Cide para diesel, etanol, gasolina e biodiesel. A medida permitiria, segundo o governo, novas reduções de tributos ou renovação de cortes já anunciados. O projeto, enviado ao Congresso em regime de urgência, já foi protocolado.

Mais cedo, o Ministério da Fazenda divulgou à imprensa um aviso de pauta em que dizia que seria feito às 17h um anúncio de redução de alíquota de PIS/Cofins sobre a gasolina para tentar mitigar a alta de preços por conta da guerra do Irã.

No entanto, logo no início da coletiva, o ministro da pasta, Dario Durigan, disse que não haveria anúncio de redução de tributos hoje (quinta). O ministro disse que não houve recuo do governo e falou em possível erro de comunicação.

O limite fiscal para essa redução de tributos seria a receita extraordinária apurada na rubrica de petróleo. Os descontos seriam de no máximo dois meses, podendo ser renovados ao fim do prazo.

“Nós entendemos que é hora de adotar novas medidas, para isso precisamos fazer um diálogo com o Congresso Nacional. A proposta que a gente levou ao Congresso foi de um projeto de lei



Redução seria de PIS/Cofins e Cide para diesel, etanol, gasolina e biodiesel

complementar apresentado pelo líder do governo na Câmara”, disse Moretti.

Ele afirmou que, para Brasil, exportador de petróleo, receitas públicas aumentam com alta do óleo e o ponto central seria converter alta da receita com petróleo em medidas para combustível. O PLP vem porque o petróleo voltou a subir, o que pressiona os derivados brasileiros.

“Uma proposta que mantém neutralidade fiscal mas que nos permite seguir com mecanismos que mitigam os custos da guerra principalmente para os mais pobres”, afirmou.

O governo já teve outras medidas parecidas para controlar preços de combustíveis, em alta por causa do conflito no Oriente Médio. O governo já anunciou uma subvenção e corte de PIS/Cofins para o GLP e o diesel importados.

A União também zerou a alíquota de PIS/Cofins sobre o QAV

até 31 de maio, e a companhia permitirá o parcelamento dos pagamentos de distribuidoras que atendem a aviação comercial, para que o efeito inicial do reajuste seja menor.

Moretti disse que o governo optou por propor um projeto de lei que autoriza o uso de receitas extraordinárias com o petróleo para financiar a desoneração de combustíveis porque essa é a maneira mais efetiva de evitar a alta dos preços nas bombas, embora seja proibida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

“Como a lei restringe a maneira de fazer a compensação, a gente está propondo ao Congresso essa maneira alternativa”, disse Moretti, durante entrevista coletiva sobre o Projeto de Lei Complementar (PLP) 114/2026, protocolado nesta tarde no Congresso. “É importante que uma lei nos autorize a converter o aumento extraordinário da receita de óleo em uma redução de tributos.”

Comissão especial sobre 6x1 será instalada semana que vem

/ CONGRESSO NACIONAL

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que pretende instalar na próxima semana a comissão especial sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) que dá fim à escala 6x1. As declarações ocorreram nesta quinta-feira (23), em entrevista à rádio Correio FM, da Paraiba.

Na quarta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou a PEC. Agora, uma

comissão especial deve discutir o mérito da proposta. Na entrevista, Motta reiterou a previsão de que o plenário da Câmara realize a votação até o fim de maio.

“Cabe ao presidente da Casa criar a comissão especial. Nós vamos criar essa comissão já para ser instalada na próxima semana. Nós vamos fazer o ato de criação da comissão especial, para que, nessa comissão, assim como aconteceu na CCJ, todos possam ser ouvidos”, disse Motta.

Ele também disse que, na co-

missão, os deputados devem debater, por exemplo, a possibilidade de conceder compensação aos empregadores do setor produtivo e a proposta de tratar somente da redução das horas trabalhadas, sem a restrição dos dias por semana. Segundo ele, a Câmara tem “vontade política” de aprovar a redução da jornada de trabalho. “Vamos tratar da possibilidade, por exemplo, de uma compensação para o setor produtivo. É possível que isso seja feito? Temos que avaliar o impacto fiscal”, declarou Motta.

Correios fecharam 2025 com um prejuízo financeiro de R\$ 8,5 bilhões

/ BALANÇO

Os Correios tiveram um prejuízo de R\$ 8,5 bilhões em 2025, mais do que o triplo do resultado negativo registrado no ano anterior, após uma queda na receita total. O resultado foi divulgado durante entrevista coletiva nesta quinta-feira, em que o presidente da empresa, Emmanoel Rondon, mostrou os resultados do plano de reestruturação da estatal e minimizou a adesão abaixo da meta ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV).

O plano de reestruturação dos Correios foi anunciado no fim de 2025 como contrapartida para um empréstimo de R\$ 12 bilhões concedido pelos cinco maiores bancos do país, com o objetivo de salvar as contas da empresa. Em caso de inadimplência da estatal, a União, que dá garantia ao empréstimo, vai arcar com os pagamentos.

O PDV, uma das apostas da estatal para reduzir as despesas, teve a adesão de apenas 32% da meta estipulada pela diretoria, com a demissão de 3.181 funcionários.

Os Correios encerraram o ano com um patrimônio líquido negativo de R\$ 13,1 bilhões. A receita bruta total foi de R\$ 17,3 bilhões em 2025, uma queda de 11,35% em relação a 2024, quando o prejuízo foi de R\$ 2,6 bilhões.

O plano original dos Correios era alcançar 10 mil empregados, o equivalente a 12,7% do total de funcionários da empresa. O prazo para aderir foi, inclusive, prorrogado em uma semana para atrair mais pessoas, mas a meta ainda assim não foi atingida.

No PDV de 2024 e 2025, foram 3.756 desligamentos. De acordo com a empresa, a medida representou uma economia de R\$ 147,1 milhões em 2025 e de R\$ 775,7 milhões em 2026. O período da adesão, no entanto, foi de 12 meses, maior do que o deste ano, que durou apenas dois.

A empresa projetou uma economia de R\$ 1,4 bilhão para 2027,

se a meta de 10 mil adesões ao PDV fosse atingida. Mas, segundo a estatal, a economia com os 3.181 desligados será equivalente a 40% da meta projetada.

“Está coerente com o que precisávamos. Temos 40% da economia projetada. Enxergamos um payback de cinco meses. Como o salário médio foi mais alto do que tínhamos projetado, o resultado deve ser maior”, afirmou Rondon.

No plano de reestruturação, a primeira fase previa a recuperação da liquidez, com o objetivo de regularizar os compromissos da empresa. Segundo os Correios, 97% dos valores devidos já foram quitados ou renegociados nessa fase inicial, o que abre espaço para o avanço à segunda fase, de estabilização do resultado.

O plano de reestruturação prevê, além do PDV, a venda de imóveis, com potencial de receita de R\$ 1,5 bilhão, segundo a empresa. Além disso, a estatal também prevê a redução de até mil pontos de atendimento deficitários.

Os Correios têm cerca de 10 mil unidades de atendimento. Dessas, 7.000 são próprias ou franqueadas. Do total, 85% eram deficitárias, segundo relatório da companhia de 2024. Até agora, segundo o presidente, foram 68 unidades fechadas.

A segunda fase foi iniciada em janeiro de 2026, em que a empresa fez negociação com fornecedores para uma economia de R\$ 321 milhões, de acordo com os Correios.

O plano de reestruturação contempla três fases, segundo a empresa: recuperação financeira, consolidação e crescimento. Com o plano, os Correios afirmam que a meta é reduzir o déficit em 2026 e retornar à lucratividade em 2027. O empréstimo de R\$ 12 bilhões concedido pelos bancos cobre parte das necessidades financeiras da empresa. A gestão da companhia mapeou um buraco de R\$ 20 bilhões na caixa da empresa.



Plano de reestruturação dos Correios foi anunciado no fim de 2025